SEMINÁRIO REDE ARTÉRIA
Estratégias para inventar o futuro: o interior em análise no Pós-Pandemia

2 e 3 de setembro de 2021
Auditório Municipal de Belmonte

ORGANIZAÇÃO
Teatrão / Município de Belmonte

INICIATIVA PRESENCIAL E ONLINE
Acesso gratuito, sujeita a inscrição prévia
redearteria.pt / arteriarede@gmail.com

2 DE SETEMBRO, QUINTA-FEIRA

9H15 – 09H30 BOAS VINDAS

9H30 – 11H00
Desaceleração e cultura dos estilos de vida contemporâneos nos territórios de baixa densidade

André Barata
Graça Rojão
Hans Eickhoff
Pedro Gadanho

Moderação
Urbano Sidoncha

11H15 – 13H00
Criação Artística e Território: Lastro cultural, transformação social e individual

Luís Cipriano
Nuno Leão e Ana Gil
Daniel Nave
Graeme Pulleyn

Moderação
Isabel Craveiro

14H30 – 17H00
Mesa Redonda Biografias

Francisco Afonso
Luís Garra
Patrícia Santos
Domingos Xavier Viegas

Moderação
Elísio Estanque

3 DE SETEMBRO, SEXTA-FEIRA

9H30 – 11H00
Criação e Programação Artística no Território: Impactos Presentes e Desafios Futuros

Isabel Craveiro e Cláudia Pato de Carvalho
Claudino Ferreira
Tiago Sami Pereira
Pedro Costa

Moderação
Nuno Amaral Jerónimo

11H15 – 13H30
Políticas Culturais Territorializadas para o Interior no Pós-Pandemia

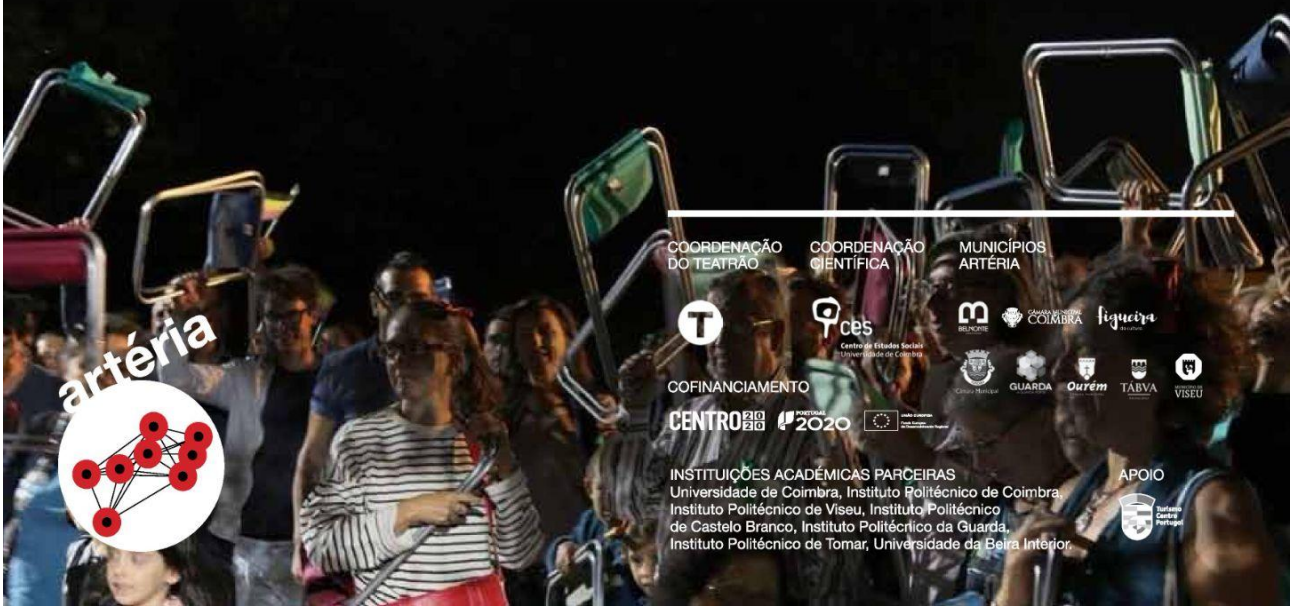
José Reis
Alcides A. Monteiro
Jorge Sobrado
Helena Alves

Moderação
André Barata

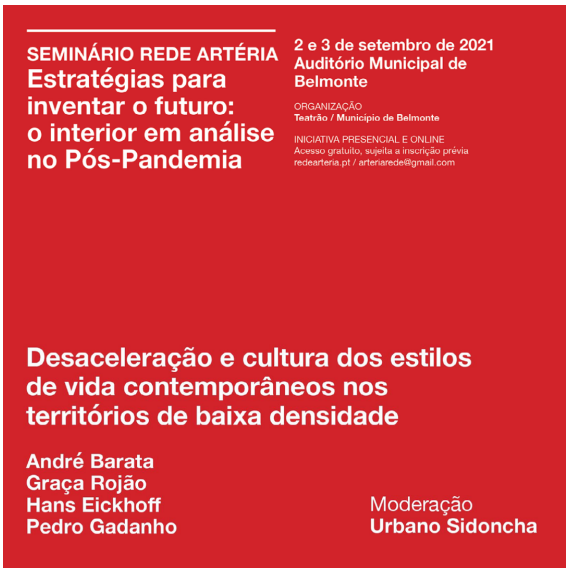
14H30 – 16H00
Políticas territoriais: políticas intersetoriais em diálogo

Ana Abrunhosa
Isabel Damasceno
Miriam García Cabezas
Suzana Menezes
Paulo Fernandes
António Rocha

Moderação
Cláudia Pato de Carvalho



RESUMOS DAS INTERVENÇÕES



ANDRÉ BARATA

Coordenador do Praxis e Professor da Universidade da Beira Interior

A aceleração do tempo social tem causas e efeitos. Entre as primeiras, está o produtivismo, entendendo-o como o desvio do entendimento da produção – não mais meio para os bens de consumo necessários à existência individual e colectiva, mas fim que faz das necessidades daqueles bens simples meio. Produtivismo e necessidades artificiais ligam-se à intencionalidade que se mistura com as melhores finalidades da produção: a do lucro. Não havendo um limite a partir do qual ter lucro deixe de ser interessante, não há um limite à vontade de ganhos de produção, acelerando-a, primeiro dentro dos limites da capacidade humana, depois dentro dos limites da extensão dessa capacidade acoplando-a a máquinas, finalmente libertando-se de quaisquer limites impostos pelo trabalho humano através da automação. Este é o problema do lucro: o seu carácter ilimitado e propulsor de crescimento e aceleração. A húbris do lucro é, contudo, apenas a forma económica do capitalismo. O crescimento pelo crescimento, a expansão pela expansão tem raízes mais fundas, em última análise inseparáveis do fundo intelectual e de valores da Modernidade Ocidental. O crescimento como única forma de sobrevivência ecoa a expansão como única forma de sobrevivência e nesse eco reverberam efeitos ecológicos e sociais fundamentalmente negativos. O regime de equilíbrio sócio-económico que a modernidade encontrou para perdurar ao longo dos séculos e das décadas não é homeostático e, contudo, o seu "hardware" continua a ser um planeta.

GRAÇA ROJÃO

Diretora da CooLabora, CRL - Intervenção Social

As estratégias para inventar o futuro que constituem o mote deste debate remetem não só para o diagnóstico que fazemos da situação actual, como para os horizontes que queremos alcançar. O futuro desejado é tecido num processo dinâmico, a partir da leitura crítica que a cada momento fazemos do presente. Se há preocupações que podem reunir consensos alargados, como, por exemplo, o problema do despovoamento, outras há que são bastante mais condicionadas pelo prisma adotado e pelos interesses em jogo.

Os discursos sobre os territórios de baixa densidade, expressão que alivia a carga simbólica negativa que o termo interior contém, vagueiam entre a visão carencialista do país atrasado e a imagem pré-fabricada, frequentemente mais para turista ver e vir, de um interior romantizado, com paisagens supostamente intactas e ritmos de vida tranquilos, onde as pessoas vivem felizes nas suas comunidades.
Este debate convoca a nossa reflexão para pensarmos no futuro que queremos para as regiões de baixa densidade, indissociável do futuro que desejamos para todo este estreito país, que não conseguiu travar um processo de litoralização absurdo.
Os fenómenos que acontecem à escala local não podem ser desligados de forças globais que moldam o nosso campo de acção porém, apesar de reconhecermos a existência de condicionalismos globais que afectam muitas das estratégias que podem ser implementadas nos territórios de baixa densidade, também reconhecemos que há uma margem de intervenção que depende do modo como cada local se articula.
Para pensarmos o futuro, partilho algumas questões:

> A colonização do nosso imaginário colectivo, o modo como corremos apressadamente atrás de propostas que resultam da fábrica de desejos que vende os futuros da moda, encontrando neles a solução-milagre contra a interioridade, não será também uma capitulação face a lógicas neoliberais, capazes de fazer terra queimada, se necessário for, para fazer valer os seus interesses particulares?
> Será que abdicamos da criatividade e fazemos tábua rasa da nossa diversidade quando assumimos estratégias revivalistas que nos ancoram a um passado estático, tantas vezes produzido à pressa, para viabilizar a solução do turismo, que ao invés de encontro e diálogo fecundo, pode constituir a negação do direito ao presente?
> Preterimos a cultura que nos interpela, que nos desafia e nos inquieta ao entretenimento, para que possamos ter auditórios e praças repletos de gente sorridente?

Não haverá soluções milagrosas, mas a crise sistémica actual exige de nós ousadia para resistir, transformar e superar. As alterações climáticas e a perda de biodiversidade, o crescimento de desigualdades sociais ou a corrosão da democracia demandam que trilhemos caminhos que resistam à tentação de criar ou manter estilos de vida depredadores.
É preciso instaurar um tempo de desaceleração, que respeite os ritmos biológicos da regeneração, os nossos e os da restante natureza, que nos permita ter uma vida social mais intensa, sem a qual a própria ideia de democracia fica em causa, para que possamos experimentar, errar e aprender, processos fundamentais mas que demandam tempo.
Uma cultura que lança raízes no território, como faz esta rede, é uma artéria que alimenta dinâmicas locais e amplia o pensamento crítico. Num tempo em que buscamos imaginários e futuros que escapem à linha de montagem mercantilizadora da vida, a cultura contribui para criar inquietação e resistência e está no coração de uma política transformadora, capaz de alargar horizontes e de irrigar futuros novos.

HANS EICKHOFF

Médico e Investigador, Clínica Europa - Joaquim Chaves Saúde e iCBR – Instituto para a Investigação Clínica e Biomédica de Coimbra

A trajetória das sociedades humanas durante as últimas décadas tem sido caraterizada por aquilo que se costuma designar por “A Grande Aceleração”, tanto a nível socioeconómico como a nível dos sistemas terrestres. Os seus indicadores apresentam taxa de crescimento muito elevadas e, por regra, exponenciais. No entanto, o crescimento exponencial é traiçoeiro, uma vez que atinge números extremos muito depressa, com uma aparente brusquidão dos acontecimentos e tempos de duplicação muito reduzidos.

Assistimos ao aumento da complexidade da sociedade e da extensão e da intensidade das atividades humanas, com uma forte e crescente perturbação do sistema terrestre. Podemos entender a civilização humana como um sistema termodinâmico não equilibrado que necessita de permanente esforço e energia para evitar a sua decadência entrópica o que choca com a finitude da Terra.
O problema dos "Limites ao Crescimento" já fora reconhecido há quase 50 anos pelo famoso relatório ao Clube de Roma de uma equipa do MIT, prevendo um colapso abrupto do sistema dentro de 100 anos, num cenário de *business as usual*. A comparação dos dados reais com o projetado pela equipa do MIT demonstra que pouco se alterou em relação às previsões, sendo a "pegada ecológica" da humanidade muito superior aquilo que o Planeta pode suportar, nomeadamente no Norte global. Os mais recentes relatórios do IPCC e do IPBES confirmaram a necessidade de uma mudança radical.
O modelo de desenvolvimento atual assenta num sistema de mobilidade que acumula a distância e a velocidade, com a tónica nos "bons acessos" e nas vias rápidas, provocando uma crescente suburbanização do território. Mas já em 1974 Ivan Illich publicou o ensaio "Energia e Equidade" que aborda a problemática da mobilidade sob o prisma da "contraprodutividade" intrínseca com as suas várias vertentes, técnica, estrutural e social.
O efeito da velocidade sobre o tempo acaba por ditar, depois do aumento inicial da distância percorrido, o congestionamento das vias, uma velocidade média reduzida, e um aumento do "tempo social" dedicado à circulação, sendo o fenómeno comum aos diferentes modos de transporte, incluindo a ferrovia. A indústria do transporte acaba por destruir a relação entre o ser humano e a sua geografia, consumindo espaço, criando barreiras e diminuindo os "pontos de chegada", quando ao mesmo tempo representa um fator de seleção social que assenta em privilégios para uma minoria.
A necessidade da desaceleração do estilo de vida requer propostas alternativas radicais: Enquanto o termo "decrescimento" já fora cunhado nos anos 1970 pelo filósofo francês André Gorz, o movimento decrescentista começou a ganhar tração neste milénio, tanto como movimento social como a nível académico. Perante os desafios de um sistema assente no crescimento económico exponencial, no aumento constante da produção e do consumo, na mercadorização e a desigual distribuição dos impactos ambientais e sociais é insustentável, promove propostas que incluem uma democracia radical e participativa, e a construção de sociedades conviviais e baseadas na suficiência, no reconhecimento da eco- e interdependência do ser humano e no "buen vivir".0

PEDRO GADANHO

«Ensaio Geral»

Director Executivo da Candidatura da Guarda à Capital Europeia da Cultura

Há quem descreva a pandemia da Covid 19 como um ensaio geral para a emergência climática: uma breve antecipação das transformações sociais que uma crise planetária pode introduzir nas nossas sociedades, de forma rápida e incisiva. Nesse aspecto, a arena cultural revelou-se, pela sua precariedade, como um exemplo paradigmático das assimetrias e das prioridades que se fazem sentir neste tipo de cenário. Mas também deu a entender que talvez a actividade artística e cultural tenha que se repensar e reinventar —para ser, de novo, concebida como uma actividade essencial e prioritária no dia-a-dia das populações e da sociedade em geral.

LUÍS CIPRIANO

Maestro da Orquestra Clássica da Beira Interior

O interior é um estado de espírito e não um entrave geográfico. Em momento algum senti que o facto de por aqui morar e labutar fosse impeditivo de concretizar aquilo com que profissionalmente sonhei. Penso mesmo, que o estilo de vida do interior é amigo de todo e qualquer processo criativo e fator facilitador. Refuto também a ideia preconcebida de que nos grandes centros existe uma maior propensa para assimilação cultural sendo que as sensibilidades não podem ser mapeadas de forma artificial. Existem constrangimentos que poderão de algum modo ausentar de forma mais acentuada as populações dos eventos culturais. Falo, pois, de infraestruras, dificuldade de mobilização e falta de informação. Por estas circunstâncias defendo acerrimamente que se o povo não vem á cultura terá de ser a cultura a ir ao povo. E por experiência de anos, tenho a gratificação do agradecimento das populações através da sua alegria depois de receberem essa mesma cultura. No meio do pinhal só não se gosta de Mozart pelo simples facto de nunca terem ouvido Mozart. Mas como ninguém consegue construir primeiro o telhado e a seguir os alicerces, deverá o trabalho iniciar-se com a formação das crianças, sejam elas citadinas ou oriundas de meios rurais. Mas esta formação, como todas, terá de ser séria e não de entretenimento ou angariadora de ordenados. No interior, a avaliar pela publicidade, existem inúmeros escolas de música, mas avaliar pelos resultados obtidos são afinal de número escasso. Esta não será de todo a fórmula evolucionária da sociedade. E não existe dúvida alguma que a evolução cultural está proporcionalmente ligada á evolução social. Por várias vezes fiz concertos com crianças de meios rurais que foi a primeira vez que pisaram um palco e talvez reflexo disso os seus pais e familiares também tiveram a sua primeira experiência como público. Essa situação, na maioria dos casos teve o seu desenvolvimento com o aumento de frequência em outras atividades culturais. Isto é claramente esclarecedor de como as oportunidades podem desaguar em hábitos. Pelo estudo que tenho feito nos últimos dez anos, com crianças do projeto “Plante 1 Músico” oriundas na sua maioria de meios rurais, a participação nesta atividade promove a autoestima tendo reflexo no aproveitamento escolar e no relacionamento social. A abertura de novos horizontes, a vivência de novas experiências e aquisição de novos saberes aportam ao indivíduo uma estrutura intelectual mais cimentada e mais robusta para a sua vida em sociedade seja qual seja a sua profissão no futuro. Teremos também de arranjar por agora, um meio termo entre aquilo que gostamos de criar e aquilo que as populações necessitam, para que no futuro seja mais

fácil idealizar sem qualquer entrave e sem qualquer perigo de incompreensão até porque criar só faz sentido quando existe a possibilidade de partilhar. Na agora pós-pandemia teremos as mesmas necessidades de atuação iguais aos da pré-pandemia. Por mais que se queira culpabilizar a malina, a mesma não pode ser responsável por aquilo que já não se fazia anteriormente. Por outro lado, o que já se fazia bem é só replicá-lo as vezes que sejam necessárias.

ANA GIL

Direção Artística da companhia teatral Terceira Pessoa

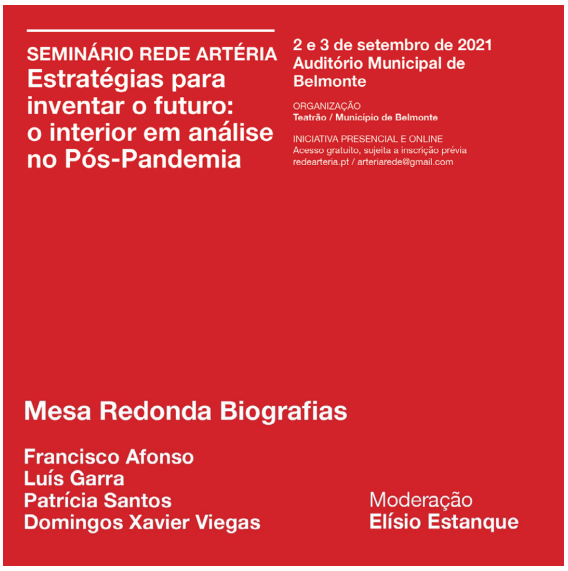
A Terceira Pessoa é uma estrutura que desenvolve projetos artísticos, com especial enfoque nas artes performativas e nos cruzamentos disciplinares. Sediada em Castelo Branco, desenvolve a sua atividade profissional de forma continuada desde 2012 e o seu trabalho tem-se pautado por uma forte intimidade e proximidade com as comunidades dos seus lugares de ação. Nesta comunicação interessa-nos refletir sobre três conceitos que consideramos fundamentais e transversais à nossa ação: Tempo, Arte e Transformação.
Falaremos destes conceitos através da apresentação de histórias pessoais e Coletivas de participantes de alguns projetos artísticos que temos desenvolvido em meios sociais, culturais e geográficos diversos. A história da Terceira Pessoa é, também e principalmente, a história de cada pessoa que a constitui. É dessa forma que tentaremos contar a história de transformação e lastro que a Terceira
Pessoa tem procurado ao longo dos anos: através do percurso de uma jovem que começou por participar aos 14 anos no projeto Kurt Cobain (2012),tendo depois continuado aos 16 e 17 anos no projeto Inscrição (2014-2015) e que depois seguiu os seus estudos superiores em artes performativas, sendo hoje uma nova criadora profissional em artes performativas; a história de um jovem que
começou aos 12 anos por participar no projeto Hey You (2013), continuando depois no projeto Inscrição (2014-2015) e no projeto Aqui é Sempre Outro Lugar (2017), tendo depois realizado os seus estudos superiores na área artística e sendo hoje um músico profissional; a história também da comunidade de 4 aldeias do concelho de Castelo Branco que desenvolveu no projeto Há Festa no
Campo (2015-2017) um caminho de valorização dos seus lugares e de Desenvolvimento de um sentimento de pertença através de dinâmicas artísticas e culturais. Todas estas pessoas, passados quase 10 anos, continuam ligadas aos processos e dinâmicas da Terceira Pessoa e, mais importante do que isso, a serem vozes e corpos vivos de testemunha de uma crença de que a arte pode desempenhar um papel ativo na nossa vida individual e coletiva.

DANIEL NAVE

Artista plástico

Seminário Rede Artéria Criação artistica e território: Lastro cultural, transformação social e individual. (Sinopse da Comunicação de Daniel Nave, artista plástico)
O propósito da minha intervenção, é lançar alguns tópicos para uma eventual reflexão, sobre alguns impasses que têm impossibilitado o avanço da cultura de criação artistica no interior do nosso território. E imperioso voltar a abordar a problemática da descentralização cultural.
O interior precisa urgentemente de medidas estruturais, de muitas intervenções ou coordenadas, para quem resiste ainda viver aqui. Os municipios tem o dever de exigir essas medidas estruturais, que foram prometidas há décadas.

Temos que conseguir criar propostas válidas e aliciantes para atrair os jovens, de forma que eles possam desenvolver projetos crediveis, mas consciencializá-los, que dificilmente poderão por em prática nos grandes centros, devido à sobrelotação dos espaços e ao excesso de oferta cultural. Penso que é urgente despertar o interesse das comunidades de jovens criadores e gestores, através de uma criação de Redes de Residencias artísticas, no âmbito das artes, realizar festivais anuais, encontros, ciclos de cinema e outros eventos.
Objetivos das residências:
RESIDENCIAS ARTÍSTICAS
Troca de experiências do processo da criação
Ambientes de Formação
Desenvolvimento do conhecimento
Criação e Difusão
Instrumentos de transformação Participação na vida coletiva
Processos de trocas e interação
Espaço de pesquisa Observação Entrevistas, Relatos e Tabulação de dados.
Potencializar a ação das residências Para potencializar a ação das residências, os Municípios podem criar e identificar um mapeamento de redes de comunicação - networks - como também de associações regionais e internacionais que congregam e organizam residências e programas dessa natureza, permitindo assim uma aproximação direta e imediata com o universo dessas formas de produção e atuação artística.
Áreas de atuação dos programas
Artes plásticas - Cinema - Dança - Literatura - Música - Artes cênicas Artes performativas - Multimedia - Fotografia - joalharia - artes tradicionais e outras.
Este projeto de residências criativas, pode ser pensado como uma forma de responder a um sintoma de isolamento e ao reconhecimento do processo de transformação cultural e social, das comunidades que vivem no interior.
Abordarei ainda, a ideia de que os Municípios devem apostar na inovação e proporcionar oportunidades para lançarem programas de eventos credíveis de qualidade.
Apoiar os artistas locais e nacionais, ligarem-se às estruturas do circuito artístico em Portugal e no estrangeiro.
Despertar a diversidade de públicos e apoiar a produção de estratégias de implantação.



LUÍS GARRA

Dirigente Sindical têxtil e da União de Sindicatos de Castelo Branco/ CGTP – IN

A importância desta jornada de reflexão sobre o futuro do Interior no período pós-pandemia numa perspectiva multidisciplinar e abrangente.

A escolha de Belmonte é muito feliz pela sua história e pelo trabalho de décadas na promoção cultural, nomeadamente na área da história e da museologia e na recuperação de património arquitectónico histórico.

O Painel versa em torno das biografias dos intervenientes, penso eu. No entanto, na nossa intervenção todos somos resultado de reflexões e acções mais amplas, mais colectivas, mais partilhadas e mais participadas, isto claro sem colocar em causa os méritos ou deméritos que cada um de nós tem. Por isso, o essencial da minha participação, sem deixar de se focar no meu trajecto pessoal, não pode deixar de reflectir as responsabilidades sindicais e partidárias que tive e tenho há quase 50 anos.

A minha função sindical marcou decisivamente a forma de ver, interpretar e agir sobre a realidade do Interior e isso impeliu-me a não esgotar a minha intervenção sindical nas importantes questões dos salários, dos horários, dos direitos (a venda e compra da força do trabalho) e a ter uma visão mais larga e transversal sobre os estrangulamentos, mas também sobre as soluções para o desenvolvimento do Interior.

O seminário é muito oportuno, já o era sem pandemia, é quase inédito, porque parte da iniciativa de uma entidade muito qualificada nas áreas da cultura, sem se enredar apenas neste tema, indo mais além de forma transversal, já que, como sabemos, as coisas estão ligadas. Não há cultura sem desenvolvimentos económico e social, mas também não há desenvolvimento económico e social pleno sem cultura e sem atenção ao ambiente e à resposta às questões climáticas. Sem estas dimensões não há desenvolvimento. Quando muito há crescimento e quando assim é este é gerador de profundas desigualdades sociais e territoriais e de assimetrias regionais que põem em causa a coesão social e territorial do país.

Temos vários interiores. Eu já sou do tempo em que havia um Interior assimétrico: um mais industrializado e um outro mais rural e onde até havia diferenças salariais entre os mesmos sectores. É o caso da vinda do meu pai de Manteigas para a Covilhã, tinha eu 9 anos de idade, porque ali se ganhava menos que na Covilhã, embora a profissão fosse a mesma.

As desigualdades sociais que me levaram para o mundo do trabalho com apenas 10 anos de idade e o choque que foi perceber que eu, apesar de ser dos melhores alunos da minha escola, não podia continuar a estudar, já que a situação dos meus pais o não permitiam.
A vida no Interior e o seu desenvolvimento estiveram sempre no centro da minha preocupação e no centro da minha acção enquanto dirigente sindical e, por consequência, foi matéria sempre tratada pela União dos Sindicatos de Castelo Branco desde 1979 e muito particularmente a partir de 1991, quando no seu 1º congresso apontou caminhos para o desenvolvimento regional na dimensão económica, social, cultural e ambiental. Durante muitos anos estivemos quase sós a pregar no deserto. No entanto, elas ganham uma importância redobrada quando, qual "murro no estômago", somos confrontados com perda de população que, aliado ao seu envelhecimento e ao despovoamento nos colocam num estado de emergência nacional.
O presente podia ser diferente. Lembro a falta de resposta à petição da USCB/CGTP-IN a exigir uma OID para o Distrito de Castelo Branco, tendo, a este propósito, o Engenheiro Guterres enviado um simpático bilhetinho), lembro os planos de desenvolvimento e progresso e as sucessivas propostas e reivindicações apresentadas ao poder político, cujas respostas ou não existiram ou foram manifestamente insuficientes, como acontece com as medidas do governo para o Interior.
Mas, a situação de pandemia trouxe novos problemas e, acima de tudo, trouxe à superfície problemas e défices de décadas que estavam submersos pela bruma dos dias e a espuma da desinformação e da manipulação. Isto não foi uma fatalidade, nem foi um castigo dos deuses. Há responsáveis, políticos há culpados e há cúmplices e a culpa não pode morrer solteira.
É preciso identificar os estrangulamentos, ver onde eles se situam e como se manifestam em cada microterritório. E não basta um bom diagnóstico. Acima de tudo é preciso encontrar soluções e tomar medidas urgentes, porque ontem já era tarde.
As soluções dispensam visões pseudo modernistas ou pós-modernistas. Por isso, importa reflectir sobre as políticas que o governo está a adoptar para o Interior, se o teletrabalho e a importação em massa de imigrantes são a solução para o povoamento e a falta de mão de obra qualificada. No debate aduzirei algumas opiniões quiçá polémicas, mas sinceras e fundamentadas.
A importância e necessidade da regionalização, a urgência de políticas salariais que nos aproximem da média nacional e esta se aproxime da média europeia, uma verdadeira política cultural com dimensão democrática e acessível a todos e o combate às falsas soluções e aos vendedores de ilusões que só conseguem ver o mundo a partir do seu umbigo e dos seus interesses pessoais, são matérias a desenvolver no decorrer da mesa-redonda.

PATRÍCIA SANTOS

Enóloga - Sociedade 2.5. Vinhos de Belmonte

Sendo uma filha da Beira e tendo vivido uma vida no interior, onde trabalho nos dias de hoje, consigo ter bem presente a evolução da vida no interior de Portugal.
Só Enóloga de Profissão e Formação, há 21 anos, dos quais 12 na Região da Beira Interior.
Ao longo dos anos a dificuldade tem vindo a aumentar, a oferta de trabalho é baixa e o aumento da oferta de trabalho sazonal é bem maior. Por este motivo, a emigração das pessoas da minha geração aumentou e o escape para o Litoral pela parte dos jovens é cada vez maior. Todas estas situações obrigam à urgente mecanização dos trabalhos agrícolas, existindo uma dificuldade em encontrar trabalhadores agrícolas vai aumentando ano após anos para trabalhos simples como as colheitas e podas de Inverno, entre outras. É urgente encontrar estratégias para que possamos criar bolsas de trabalhadores agrícolas que consigam entre várias explorações, terem trabalhos anuais, com salários e condições dignas, pois as PME dificilmente conseguem contratos longos, o que não estimula a permanência dos jovens no Interior.

É urgente definir estratégias e soluções para que consigamos produzir bens de qualidade que elevem o nome de Portugal como ele merece, pela qualidade e identidade dos nossos produtos endógenos.

DOMINGOS XAVIER VIEGAS

Professor do Departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Considero, para o efeito desta conversa, o interior como sendo o complemento das áreas urbanizadas, situadas sobretudo junto do litoral, e estas em contraste com o verde, das áreas cobertas de vegetação, que devem existir em todo o lado, mas que predominam no interior do País. Num Planeta em mudança, estamos cientes de que o coberto vegetal é essencial para conservar a Natureza e mitigar a alteração climática em curso. No esforço por domesticar o Planeta e por melhorar as nossas condições de vida, introduzimos modificações que são contraproducentes e que, num prazo não muito longo, se estão a virar contra nós. Temos de continuar a manter o território coberto de vegetação, mas não podemos fazer mais do mesmo, sem considerar a interação que as múltiplas atividades e processos naturais e socio económicos têm entre si.

O coberto vegetal, quer seja natural ou cultivado pelo Homem, em Portugal, não pode ser entendido sem a presença humana. Embora não tenhamos a ilusão de voltar à realidade rural de um século atrás, temos de promover condições para a permanência da população no interior e para a valorização desse espaço, quer pelo seu usufruto direto, quer pelo reconhecimento que a sua mera existência e conservação tem para todos.

A melhoria das comunicações e a existência de equipamentos sociais, em quase todo o território, facilitam o acesso das pessoas aos lugares mais remotos. Seria importante levar a esses lugares as mesmas oportunidades de que usufruem as pessoas que vivem nas áreas urbanas. Refiro-me não apenas aos recursos técnicos e tecnológicos, como a internet, que tão importante se mostrou durante a pandemia, como a cultura e a arte, que estarão muito presentes neste Seminário. Parece-me que os recursos disponíveis estão a ser subutilizados, talvez também por falta de resposta e de interesse das pessoas.

Ao falar de vegetação, sobretudo no interior, estamos sobretudo a falar de floresta, embora a agricultura e a pecuária tenham papéis muito importantes e complementares. A floresta é uma riqueza e um património de valor inestimável, não apenas económico e social, mas também ecológico e ambiental, que beneficia a todos. Entre outras, a ameaça dos incêndios florestais, está pendente, de um modo permanente no meio rural.

Nos anos recentes verificámos que os incêndios são destrutivos também para a população comum, o que traz um fator adicional de afastamento das pessoas em relação ao interior. O aumento da temperatura indica uma clara e inequívoca tendência para o agravamento desta realidade. Por este motivo convém ter presente esta realidade e procurar inverter este ciclo, se queremos um interior e um País com futuro.

CLAUDINO FERREIRA

«Os lugares dos públicos»

Investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Qual é o lugar dos públicos no processo cultural gerado pela ação criativa e programática do projeto REDE ARTÉRIA? E o que são os lugares percebidos e sentidos por eles no contexto da experiência para a qual essa ação os convida através do espetáculo artístico na rua?

Parto destas duas questões para enunciar algumas ideias para discussão acerca da importância e da condição dos públicos neste projeto, suscitadas pelo estudo sociológico sobre os espetadores das criações levadas a cena.

Começo por questionar o lugar dos públicos no processo de intervenção cultural: a sua condição, o seu papel, a sua importância na estratégia de ação do projeto e nos seus efeitos sobre os territórios, as comunidades, os tecidos culturais locais. Faço-o sobretudo para refletir sobre o que vale, num projeto como este, um estudo como o que realizámos.

A REDE ARTÉRIA assenta numa filosofia colaborativa e privilegia a interação, a partilha e o diálogo participativo e inclusivo entre os diversos tipos de atores que a ação cultural e artística comprometida com as comunidades é capaz de envolver. A realização de um estudo extensivo sobre os públicos, baseado num inquérito por questionário, foi parte integrante do projeto. Num projeto desta natureza, pode uma abordagem às perceções, opiniões e experiências dos públicos que as processa estatisticamente e as reduz a quantificações simplificadoras, ser um contributo para o diálogo colaborativo? Como e sob que condições?

Sintetizo depois alguns dos principais resultados do estudo, refletindo sobre como podem contribuir para esse diálogo. O inquérito foi concebido para suscitar, registar e problematizar as reações dos públicos aos espetáculos apresentados. Focou sobretudo o modo como se posicionavam face ao diálogo que o projeto procurava estabelecer entre a programação artística e o lugar em que esta ocorria: o espaço público da rua, triplamente impregnado de sentidos, representações e estímulos - pelo ambiente, os patrimónios, os repertórios culturais e identitários locais; pela transformação e ressignificação nele operadas pelas performances artísticas; pelas perceções e as experiências situadas dos espetadores.

Neste segundo momento, reflito, portanto, sobre a forma como, nas suas respostas, os espetadores revelam perceber, valorizar e atribuir sentido aos lugares e à sua utilização e transformação como lugares culturais. O exercício de quantificação e tipificação das respostas, na sua inerente traição redutora da complexidade, sugere pistas interessantes sobre as reações às propostas criativas e programáticas da REDE ARTÉRIA. Revela como elas são filtradas e mediadas pela influência cruzada de, pelo menos, quatro fatores decisivos: (i) os trajetos e os perfis sociodemográficos e culturais dos espetadores; (ii) as circunstâncias em que ocorre o seu contacto com a performance; (iii) as especificidades das criações e da sua relação com os lugares; (iv) o modo de expressão e diálogo suscitado pela natureza específica da interação comunicativa que gera as respostas – porque estas são também reações à forma como o inquérito, nas condições singulares em que foi realizado, enquadra as formas de pensar e falar sobre a experiência.

PEDRO COSTA

«Como avaliar os impactos da criação e produção cultural nos territórios? Uma proposta de grelha de auto-avaliação»

Professor do Departamento de Economia Política (ECSH) do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e Diretor do DINÂMIA'CET-IUL - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território

A avaliação dos impactos da atividade de criação e produção cultural nos territórios e nas comunidades onde esta se desenvolve é uma tarefa reconhecidamente complexa, mas que frequentemente acaba por ser alvo de exercícios redutores e demasiado simplistas, meramente centrados na avaliação das dimensões mais quantificáveis e sobretudo nos impactos económicos, mais diretos ou indiretos, dessas mesmas atividades. Para isso, utilizam-se indicadores que sejam mobilizáveis de forma relativamente simples, baseados em dados disponíveis no terreno, ou na realização de breves inquéritos por questionário, reforçando a tendência para uma hipervalorização dos aspetos económicos, facilmente quantificáveis, nestes processos, os quais são aliás muitas vezes já esperados de forma inquestionável ou acrítica pelas instituições de que os projetos ou promotores dependem, financeira ou institucionalmente, para o desenvolvimento destas atividades. Para além disso, estes exercícios de avaliação de impactos têm normalmente diversos problemas adicionais, como por exemplo o facto de se centrarem predominantemente em atividades mais mercantilizadas, ou de maior dimensão, ou que sejam realizadas em contexto de maior institucionalização, ou ainda cuja provisão seja feita em centros urbanos de maior dimensão.

Nesta apresentação defende-se a utilização de metodologias alternativas a estas, que possam dar resposta à diversidade de contextos e à riqueza e complexidade das atividades e práticas culturais e das realidades onde são desenvolvidas. Procura-se dar espaço a uma lógica de avaliação, quantitativa ou qualitativa, dos efeitos das atividades culturais nos territórios e nas comunidades concretas onde estas ocorrem, que possa ser utilizada tanto nos cenários acima referidos como igualmente em contextos de menor densidade, institucionalização ou formalização.

Parte-se do princípio de que exercícios quantificadores comparativos são frequentemente espúrios ou redundantes e que mais importante do que a quantificação dos efeitos destas atividades para o desenvolvimento do território, ou do que a ambição de ter indicadores universais que permitam uma fácil compatibilidade com outros contextos e realidades, por mais diferenciados que estes sejam, será dispormos de uma ferramenta que dê aos criadores e produtores culturais a autoconsciência da multiplicidade e diversidade dos seus impactos, bem como um instrumento de auto reflexividade que lhes permita identificar, na sua diversidade, e de forma adaptada aos seus contextos particulares, os efeitos que as suas atividades provocam nas comunidades e nos territórios onde são desenvolvidas.

Sugere-se para isso uma grelha analítica pragmática para dar resposta a esta necessidade. Esta grelha, que se baseia numa noção multidimensional de desenvolvimento sustentável (assente em 5 grandes dimensões: cultural: económica; social; ambiental; e de participação e cidadania), tem sido desenvolvida por uma equipa de investigadores do DINAMIA'CET-iscte, em vários projetos de investigação, em colaboração e cocriação com diversos agentes culturais (artistas, promotores, produtores, mediadores, etc.), nacional e internacionalmente. É operacionalizada numa matriz com uma diversidade de indicadores, para cada uma destas dimensões e suas subdimensões de análise, através de uma aplicação informática que permite aos agentes culturais um exercício de auto-avaliação dos seus impactos nos diferentes campos do desenvolvimento sustentável.

JOSÉ REIS

Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Devo ser prudente e não falar do que não sei. Não sei falar de políticas culturais – quer dizer, só sei dizer coisas óbvias e banais, como que devem ser o *chão* essencial de todas as políticas, o seu lastro e a sua finalidade. Não sei falar de políticas culturais territorializadas – apenas me parece que, havendo práticas culturais cosmopolitas, que devem ser de todos os territórios, em qualquer escala, tem de haver sobretudo políticas culturais que se *emaranham* na vida material e se comprometam com a construção de meios qualificados e mais robustecidos, com o mesmo estatuto de outros atores.

Também não sei identificar e falar das práticas culturais mais significativas no território: sei apenas que as há muito importantes em municípios frágeis e nas suas aldeias, seja porque nasceram lá, seja porque para aí se deslocalizaram; sei que há sólidos projetos em cidades médias; sei que há redes e artérias... E isto é importante.

Gosto, entretanto, de falar do nosso país, nas circunstâncias atuais, que todos conhecemos e sentimos. E gosto de procurar compreender o que é o território e o que é territorializar. Levo anos à volta destas questões. E estes assuntos parecem-me cada vez mais urgentes porque as duas últimas décadas trouxeram originalidades claras. É para isto que precisamos da cultura.

Sei que estou no interior. Mas não sei quando entrei nele nem quando saí do que não é interior. Sei que estou no interior, mas estou numa vila com alguma densidade, mesmo ao lado de uma cidade importante, num eixo urbano que vai da Guarda a Castelo Branco. E sei que se estivesse em Maçainhas ou Sortelha também estaria no interior, embora não fosse a mesma coisa.

Olho para o país e identifico três espaços muito concretos: uma área metropolitana a inchar na sua periferia; a rede urbana não metropolitana composta por cidades médias (onde talvez seja pertinente incluir a outra área metropolitana); os espaços a que, por simplificação, chamamos de baixa densidade. Entre estes há dois mundos diferentes: o que está perto de meios urbanos e o que não está. E identifico um problema: as nossas cidades não metropolitanas definham, perdem população e têm a sua vida económica em risco. Junto-lhe outro: a AML tem o seu modelo económico bloqueado e em regressão. E há uma coisa que julgo que compreendi: um território, seja qual for a sua densidade, vale por si e pelas suas proximidades; entre estas, é muito importante a cidade próxima, que deve ser vista como parte das suas capacidades e das suas soluções.

Dizendo uma frase “grandiosa”: temos de refazer o país e a cultura faz parte dessa missão! E não é com as dicotomias imprecisas e um pouco obscuras que andam por aí que o faremos. É com âncoras claras. A minha proposta é esta: é na reconstituição das capacidades debilitadas das cidades médias e da rede urbana não metropolitana que está um elemento central dessa missão. Isto é muito mais relevante no que se designa interior. É preciso, para isso, saber o que queremos para cada território que rodeia cada cidade média. E agir articuladamente. É preciso retomar o conceito de desenvolvimento, hoje em dia claramente oposto ao de crescimento. Uma noção culta e cultural de desenvolvimento.
Aqui chegados, há uma conclusão fácil: as políticas culturais têm de ser parte ativa, com direito e papel próprios, nas políticas de cada território, especialmente se quisermos olhar para a urgência de reconstituir a rede urbana fragilizada. Podem sê-lo de muitas maneiras, mas uma delas há de ser a ancoragem que alcancem nesses territórios, numa relação igual com muitos outros atores. Se não há políticas públicas de saúde ou educação sem infraestruturas estabelecidas, também não pode haver política pública cultural sem estruturas, redes de estruturas com as quais se estabeleçam territorializações e fluxos.

JORGE SOBRADO

Vereador da Câmara Municipal de Viseu, Ex-Vereador da Cultura do Município de Viseu, Secretário Técnico de Estratégia e Relações Institucionais da CCDR-NORTE, Professor Universitário

A intervenção tirará partido da experiência de mais de 7 anos (2013-2021) no desenvolvimento e apoio a programas, projetos e iniciativas culturais em Viseu, e de uma estratégia de marketing territorial diferenciadora, baseada em grande medida numa valorização de ativos criativos e artísticos, patrimoniais e históricos, e turísticos. Desse ponto de partida, e de uma leitura sobre o lugar da Cultura no desenvolvimento local e regional, a intervenção procurará dar contributos para um arquitetura de prioridades atuais na definição e construção de políticas territoriais de Cultura e para a compreensão dos distintos papéis que cabem (e se confundem tantas vezes) aos níveis de intervenção municipal e intermunicipal, regional e Central do Estado, aos ecossistemas artísticos e à envolvente socioeconómica.
Serão abordados, sumariamente, questões e respostas nos seguintes âmbitos:
A política cultural está “territorializada”? Pode a Cultura existir sem território? É a Cultura um fator diferenciador numa estratégia de desenvolvimento regional/local? A Cultura como “interface”. Exemplos.
O que se entende por “Cultura” numa dimensão local/territorial? Ideias-feitas, práticas, novos conceitos. Da criação e incubação à animação e difusão. A encomenda e o projeto. Redes e trocas.
O programa “Viseu Cultura” como modelo de apoio a projetos artísticos e culturais independentes.
O papel intermunicipal e regional.
Que necessidades, mudanças ou evoluções esperam os atores culturais? Uma leitura a partir de um olhar a Norte.
Que prioridades se podem estabelecer num território cultural – ou numa política territorial de Cultura? Que ensinamentos da experiência de Viseu?

HELENA ALVES

Vice-Reitora para o Ensino da Universidade da Beira Interior (UBI)

As indústrias culturais e criativas estão entre os setores da economia mais seriamente afetados pelo COVID-19. A cultura, como sistema de elementos tangíveis e intangíveis, constitui uma identidade coletiva representada no espaço público e, por outro lado, é um poderoso veículo de comunicação e desenvolvimento cultural para a sociedade civil como um todo. Por outro lado, os setores da economia mais diretamente ligados a ela, como o turismo, são também dos mais afetados no curto prazo.

Perante os desafios desencadeados pela atual fase pandémica, as regiões e cidades europeias são, portanto, chamadas a responder com soluções inovadoras, redefinindo o conceito de "regeneração" mas também de governação e cadeias de decisores que terão de dar uma adequada respostas às questões críticas atuais.

Esta apresentação irá discutir a interligação entre cultura e turismo, o estado de arte dos projetos europeus a este nível, bem como as opções políticas na exploração desta ligação.

ANA ABRUNHOSA

Ministra da Coesão Territorial

O Ministério da Coesão Territorial nasceu, em 2019, com o objetivo de valorizar o território, contribuindo para a redução das assimetrias regionais, dando mais voz ao território, às suas instituições e organizações e às suas gentes no desenho de soluções para os seus problemas específicos, de modo que o crescimento do país seja um benefício partilhado por todos, independentemente do local onde se viva.

A melhor forma de o fazer é garantir igualdade de oportunidade de todos no acesso à saúde, educação, trabalho digno e cultura, bem como garantir elevados níveis de rendimento e de bem-estar social.

Para se atingir esse fim, contribuem, desde 2020, novas medidas de apoio, nos territórios mais desfavorecidos, ao investimento em empresas que produzam bens e serviços que permitam gerar emprego e riqueza nesses territórios, medidas de apoio direto à criação de emprego qualificado, incentivos ao empreendedorismo, apoios à modernização de infraestruturas e equipamentos de instituições dedicadas à ciência (universidades e politécnicos, mas também laboratórios colaborativos e centros de investigação), incentivos à atração de pessoas para os territórios do Interior e benefícios fiscais para as famílias e empresas destes territórios.

A complementaridade entre estas medidas sempre foi uma absoluta prioridade. Por exemplo, com este conjunto de apoios, tornou-se possível apoiar, ao mesmo tempo, a expansão da atividade ou a compra de novas máquinas por uma empresa do Interior, a contratação de um novo trabalhador qualificado para operar essas máquinas, o apoio a esse mesmo trabalhador para se mudar para os territórios do Interior para este novo emprego e o incentivo a parcerias entre empresas como esta e instituições científicas, como forma de incentivar novos projetos inovadores que pudessem gerar novos ciclos de desenvolvimento como este.

A criação de medidas específicas e desenhadas tendo em conta as necessidades e dinâmicas próprias dos territórios do Interior resultou num volume de apoios cinco vezes superior à média dos primeiros anos do Programa de Valorização do Interior. Mas "dar voz ao território" vai muito além de criar medidas de apoio. O foco de atuação deste Ministério tem passado pela coordenação de competências, articulação de políticas e mobilização de consensos entre vários Ministérios, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Comunidades Intermunicipais, Municípios e demais atores dos territórios (empresas, universidades, politécnicos, centros de conhecimento, associações locais de desenvolvimento, entre outros). No fundo, com essa abordagem, mobilizamos estes vários atores para a ação, para o pensamento estratégico em torno do futuro dos seus territórios e para uma aposta conjunta, do território e dos seus atores, em projetos integrados que têm em conta os recursos e a massa crítica existente, bem como os objetivos futuros. Porque só tendo completa noção da realidade de cada território, da vontade dos seus atores e dessa capacidade de mobilização em torno de objetivos comuns conseguimos atingir desenvolvimento sustentável, duradouro e criador de riqueza para a população local.
A Região Centro já conta com bons exemplos de projetos territorializados integrados, criadores de dinâmicas de transferência de conhecimento e tecnologia com iniciativas de cocriação entre unidades de investigação e desenvolvimento e empresas, fruto da cooperação entre autarquias, economia local e regional e ciência. Entre eles, os projetos PROVERE das fileiras do queijo e do vinho ou das redes de Aldeias Históricas ou de Aldeias do Xisto, entre outros. Num momento em que um volume de fundos sem precedentes invoca novas oportunidades para projetos como estes, o foco deste Ministério e dos territórios deve estar na multiplicação destes bons exemplos e no aumento do valor criado pelos e para os atores que com eles se comprometem.

MIRIAM CABEZAS

Secretária Geral da Cultura da Junta da Estremadura

Numa sociedade cada vez mais global e, no quadro das políticas específicas da União Europeia, a cooperação entre territórios é necessária para estabelecer redes que sirvam para a transmissão de conhecimentos e para o crescimento sustentável. Os cidadãos já não compreendem cada instituição trabalhar sozinha e sem tirar partido da eficácia das acções conjuntas.
O Estatuto de Autonomia da Extremadura inclui entre os seus artigos o desenvolvimento e a promoção da cooperação com as instituições e a sociedade portuguesa nas áreas de interesse comum. Este mandato estatutário, que tem sido aplicado desde a sua aprovação em 1983, é mais do que nunca uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento para enfrentar os desafios do presente e os desafios do futuro. Nesta linha de trabalho, a cultura tem sido sempre um dos pilares da cooperação transfronteiriça, por vezes porque tem um impacto directo nos cidadãos e porque as iniciativas conjuntas surgiram espontaneamente dos criadores. Um exemplo disto é a fundação do Museo Extremeño e Iberoamericano de Arte Contemporáneo (MEIAC) em 1995, essencial para alargar as relações não só no campo artístico, mas também em termos sociais e intelectuais. Ao impulso inicial deste museu seguiu um trabalho ligado com instituições, artistas, pensadores e criadores portugueses, que hoje em dia alimentam o intercâmbio cultural e o progresso conjunto.

O reflexo da política territorial da Extremadura de cooperação com Portugal na cultura manifestou-se em todas as artes, incluindo acções com o país vizinho como parte do crescimento da cultura da própria Extremadura. Assim, há colecções da Editora Regional de Extremadura a publicar em autores portugueses e a mesma Editora mantêm a revista em línguas ibéricas *Suroeste*; a programação teatral e musical da Comunidade Autónoma da Extremadura fica cheia de ofertas do outro lado da fronteira; e o aparecimento de projectos recentemente criados, como a Exposição Ibérica de Artes Performativas ou as Jornadas Profissionais da Música, já abrangem a inclusão de artistas portugueses como parte da sua própria essência. Além disso, as propostas culturais da Extremadura chegam a Portugal por volta do trabalho conjunto com instituições, gestores culturais e artistas do outro lado da fronteira, ao garantir que são propostas com impacto no território e ao ultrapassarem o seu próprio momento de divulgação. Exemplo é o trabalho da EUROACE (Alentejo, Centro, Extremadura), a colaboração nos dois sentidos com a Câmara Municipal de Évora e a do Fundão, com o Museu do Teatro Romano de Lisboa e o Festival Flamenco daquela cidade..., mais também como museus e centros de arte que trabalham em parceria com instituições da Extremadura.
São todas estas acções, e aquelas que promovemos permanentemente junto às outras, as que devem servir para fortalecer um território com mais semelhanças do que diferenças, posicionando-nos como um núcleo que, através da cultura, pode aliviar os problemas detectados e enfrentar as mudanças da sociedade global em que estamos incluídos.

ANTÓNIO ROCHA

Presidente da Câmara Municipal de Belmonte

Penso que, não foi por acaso a escolha do Município de Belmonte, para a realização deste encontro acerca dos desafios culturais que as entidades públicas e o público em geral, irão enfrentar no período pós-pandemia.
O Município de Belmonte tem, desde há várias décadas, seguido uma política clara e ambiciosa na cultura, como forma de potenciar a economia local.
É disso exemplo, a rede museográfica de que dispomos que queremos melhorar e que funciona como um instrumento capaz de atrair cada vez mais visitantes ao nosso Município, bem como a crescente oferta cultural que temos levado a efeito.
Mesmo em tempos de pandemia, tivemos que reinventar a nossa estratégia na área cultural e penso que atingimos os objetivos a que nos propusemos.
Também, em relação ao Município de Belmonte, não são por acaso as afirmações do responsável do Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social da Universidade da Beira Interior, que baseado nas estatísticas do INE, diz que nos destacamos dos restantes municípios da Beira Interior, no investimento que dedica ao desporto é à cultura.
A cultura em Belmonte, é uma aposta ganha, mas sabemos que temos de continuar a desenvolver, quer para a consolidação cultural das nossas populações, quer como contributo fundamental para o crescimento económico do Município através duma aposta forte e eficaz na dinamização da "indústria cultural" e do turismo cultural.
Na realidade, o Município de Belmonte sofreu fortes constrangimentos com a pandemia, uma vez que no período imediatamente anterior ao início da crise sanitária, assistíamos a um crescimento muito substancial da procura cultural e turística.
Nesse sentido, encontramo-nos a preparar um Plano de Recuperação e Revitalização Turística do Município, para estarmos devidamente preparados para o período de pós-pandemia. Dele deverão constar, não só as necessidades em termos de oferta turística, mas também as necessidades em termos de oferta cultural e artística.

Continuaremos abertos às realizações que contribuam para o desenvolvimento cultural e artístico, nomeadamente aqueles que promovam a participação ativa das nossas populações e também aqueles que tenham um caráter intermunicipal.
Na realidade, apesar de ser claro, que cada Município tem a sua própria identidade, as realizações que promovam as parcerias entre os diversos Municípios, nomeadamente os vizinhos, potenciam a troca de experiências culturais, económicas e sociais entre as diversas comunidades.
Quero acabar por agradecer a todos os participantes nesta louvável iniciativa.
Bem-haja por estarem no Município de Belmonte

MAIS INFORMAÇÂO
https://redearteria.pt/redearteria/seminarios